

OS MUROS

Localizado no coração da Ásia, um enorme muro de pedra começou a ser construído no século 3 antes de Cristo (mais precisamente em 221 a.C.), por ordem do primeiro imperador da China, Qin Shi Huangdi (Shih Huang Ti), da dinastia Chin (Chi'in). Mais conhecida por nós como a **Grande Muralha**, o **Longo Muro** (Tch'ang-tch'eng), seu nome de origem, tinha por finalidade interpor uma imensa barreira fortificada para conter os invasores do norte, as tribos bárbaras das estepes, sobretudo os guerreiros da Mongólia e do Império Tártaro, sem falar dos temidos hunos, militarmente mais fortes.

Concluída somente no século XVI d.C., já no tempo dos Ming, a construção rasgou a China de leste a oeste em seus 7.300 quilômetros de extensão, numa largura que varia de 3 a 9 metros e uma altura média dos paredões de 7,5 metros, intercalada por torres de vigilância com soldados chineses que observavam a chegada dos inimigos. Só para ter uma idéia do que isso significa, basta dizer que daria para ligar “o Oiapoque (no Amapá) ao Chuí (no Rio Grande do Sul)”, para recorrer a uma fórmula muito usada por nós brasileiros quando queremos nos ufanar de nossa grande extensão territorial. E mais: de tão grande, trata-se do único empreendimento humano visível da Lua a olho nu, sem ajuda de binóculos ou telescópios (disso se ufanam os orientais...).

De fato, talvez nada expresse com maior solidez, amplitude e grandiosidade a necessidade humana de segurança do que as muralhas. O cercamento das cidades por muros e fortalezas, dos mais diversos tipos, disseminou-se e expandiu-se ao longo da história, na medida em que íamos nos sedentarizando e concentrando nas aglomerações urbanas. E mesmo que a expansão capitalista tenha dissolvido as fronteiras mais rígidas, relegando as famosas “Portas da Cidade” à condição de vestígios arquitetônicos, às muralhas (grandes ou pequenas) continuamos recorrendo sempre que nos sentimos inseguros.

Apenas para ficar nos exemplos contemporâneos, não há como esquecer o Muro de Berlim, na segunda metade do século passado, e, no atual, sua triste

cópia, o gigantesco monstro de concreto que Israel está construindo na Cisjordânia, três vezes maior que seu congênere germânico. Devastando terras e residências palestinas, o “Muro de Proteção”, como é chamado, visa garantir a segurança do maior número possível de colônias judaicas aí existentes, pretensamente para evitar ataques “terroristas”. Com extensão prevista de 350 quilômetros, metade dos quais já concluídos, ele deve cobrir de norte ao sul a “Linha Verde” — limite imposto por Israel após a Guerra dos Seis Dias entre árabes e israelenses, em 1967 — e englobar também o setor oriental de Jerusalém, com seus dispositivos eletrônicos capazes de detectar infiltrações, fossas antitanques, valas profundas e pontos de observação e patrulha nos seus oito metros de altura e cinquenta de largura, em média (o que inclui, é claro, as “faixas de segurança” conseguidas à custa do confisco de propriedades palestinas). Será que vai dar também pra ver da Lua?

Apesar de, felizmente, mais humilde, Salvador também possui o seu Muro da Vergonha: ele segue paralelo à recentemente construída via de ligação entre o Aeroporto e a Orla da cidade, de maneira a obstruir a passagem dos moradores de uma grande ocupação popular, o Loteamento São Cristóvão, mais conhecido como Planeta dos Macacos. Uma forma pouco discreta mas bastante eficaz de evitar o contato dos turistas brancos com os nativos nem tanto... E que dizer da parafernália de segurança privada que envolve e aprisiona a classe média, encastelada nos seus condomínios arrodeados de muros altos, cercas elétricas, guaritas de segurança, portões eletrônicos, alarmes e câmaras de filmagem por todo o canto? Sorria!

Com ou sem muralhas, porém, temos vivido marcados pela insegurança neste século que mal principiou. Depois da ilusão da aldeia global anunciada pelo neoliberalismo, com sua promessa irrealizada de superação das fronteiras e unificação do mundo, medo, desconfiança e proteção são as palavras-chave do Novo Milênio, este que supostamente traria equilíbrio e uma tendência generalizada à igualdade (mas ainda resta uma esperança: os entendidos afirmam que a Era de Aquário só vai começar pra valer mesmo no ano 2.658... Ah, bom!). Ativo até os anos 70 e em declínio nos 90, o terrorismo despontou com toda a força nos últimos anos, com destaque evidente para os atentados de setembro de 2001 nos Estados Unidos, deixando atônitos a população em geral, os governos dos países mais ameaçados e os próprios intelectuais, especialmente os cientistas políticos, que não conseguem encontrar sequer uma definição consensual para este fenômeno: religioso, nacionalista, étnico, revolucionário ou simplesmente criminoso?

Não temos a pretensão de propor uma definição no modesto espaço deste Editorial. Precisamos, contudo, tentar entender o que se passa e para onde isso aponta, sempre na perspectiva dos oprimidos (via de regra também os mais penalizados pelos diversos conflitos). Assim sendo, não nos preocupa apenas o terrorismo em escala mundial, do Seilaondestão, como também, e sobremaneira, o terrorismo visto de baixo, aquele da violência cotidiana, que amedronta os bairros populares dia após dia, com as mesmas armas, inclusive, do seu congênere global: o efeito psicológico, o inimigo difuso, a mídia como grande vetor de disseminação. Porque o medo é uma doença epidêmica e tem na mídia seu mais veloz veículo de contágio.

Um exemplo acontecido nos últimos meses parece ilustrar a força desse terror. Fruto de versões destoantes e episódios aparentemente desarticulados, o certo é que uma tal kombi branca vem povoando e aterrorizando o imaginário popular dos recantos mais distantes do país, do Pará à Bahia, do Rio de Janeiro ao Maranhão. No bairro carioca do Jardim América, pais e mães passaram a buscar seus filhos nos colégios como forma de impedir a ação de seqüestradores que, vindo numa kombi, levavam as crianças, supostamente para o contrabando de órgãos (há quem afirme que eles ligam depois para dizer onde o corpo se encontra, outros vão além e garantem que os criminosos ainda deixam a quantia de R\$1.000,00 como pagamento). Também no Subúrbio Ferroviário de Salvador o desespero tomou conta de dezenas de mães, tendo o mesmo boato de fundo: um casal numa kombi branca estaria circulando na porta dos colégios e raptando as crianças. A reação, porém, foi bem maior: premidos pelo medo, centenas de moradores fecharam um trecho da pista mais próxima, queimando pneus e paralisando o tráfego de veículos, o que só foi controlado com a intervenção da Polícia Militar e os reforços do Corpo de Bombeiros e de duas guarnições do Batalhão de Choque.

Sabemos, hoje, que a kombi branca do terrorismo internacional não existia. Mas o estrago material, psicológico e humano já está feito e é irreversível. Agora que foi indubitavelmente sepultada a justificativa da invasão do Iraque em razão da existência das armas de destruição em massa (tese, é bom que se diga, desde o início rechaçada pela maioria das nações mas deliberadamente manipulada pelos países interessados na guerra), qual a reparação devida? O que a Organização das Nações Unidas (ONU) propõe além de medidas humanitárias e um arremedo de democracia? Por certo que não o embargo econômico à dupla EUA/Inglaterra, tampouco uma indenização pecuniária por cada vida iraquiana ceifada. Sequer a desmoralização da teo-

ria da guerra preventiva que lhe fornece a fundamentação. Pior: além destes, outros países aderem completamente ao manual do antiterror e se mostram alunos aplicados na sua implementação, como Vladimir Putin, na Rússia.

O que estará em jogo, afinal? Vejamos algumas possibilidades de resposta. Mas desde já rejeitemos a badalada hipótese do “choque de civilizações” (defendia por autores etnocêntricos como Samuel Huntington). Ou alguém realmente acredita que o dirigente russo massacrou os chechenos por razões étnicas e que a ação dos Estados Unidos e seus aliados no Iraque e no Afeganistão visa meramente a proteção de seus territórios? Por outro lado, muito se fala das fontes de energia e de água como estratégicas nesta nova expansão imperialista. Ao que parece, com o combate ao terrorismo, os Estados neoimperialistas procuram desenhar o mapa do controle, mais que dos territórios, da circulação dos capitais (especulativos, de preferência), com previsão para, no mínimo, mais dez anos. Será tempo suficiente para “inventar” uma alternativa capitalista ao neoliberalismo (assumidamente fracassado)? Ou adentrar num novo ciclo de crescimento, aos moldes do pós-Segunda Guerra? Ou sistematizar formas de dominação biotecnológica das pessoas, tipo o Grande Irmão, de George Orwell?

Não sabemos ao certo. No âmago de tudo, todavia, percebemos que repousa a segurança total num mundo que já abandonou a perspectiva de sobrevivência total. Ou seja, este mundo decididamente não é para todos e todas que tiveram a (des)ventura de nele nascer! Neste sentido, somos obrigados a reconhecer a cruel eficiência desse que se convencionou chamar de “mundo ocidental” (ainda que mais e mais a suposta ruptura Ocidente-Oriente, além de insustentável do ponto de vista científico, mostra-se insuficiente para dar conta do que assistimos no campo das relações políticas e econômicas). Comparemos as estatísticas de mortos antes e depois das Guerras Mundiais: enquanto somente aqueles dois conflitos resultaram em cerca de sessenta milhões de vítimas fatais, uma boa parte da qual de nacionalidade européia, tal perfil muda drasticamente na segunda metade do século XX (entre 1946 e 1996): dos treze milhões de mortos estimados, nada menos que 75% se encontram na Ásia e 25% na África, cabendo à Europa pouco mais de 2% desse total, menos de trezentas mil pessoas.

Os últimos anos apontavam, inclusive, para uma deterioração do cenário africano: pereceram nesse continente algo como a metade das sessenta mil vítimas de confrontos bélicos em 2001, em sua maioria na República Democrática (sic) do Congo, no Sudão, na Somália, em Serra Leoa, Ruanda,

Burundi e na fronteira entre Etiópia e Eritreia. Estimular e financiar a guerra nos países cobiçados, eis a tônica da política externa norte-americana depois de Pearl Harbor (não esqueçamos que a África, sobretudo a subsaariana, é um imenso reservatório de preciosas matérias-primas, como petróleo, madeira, diamante, bauxita, cobalto, cobre, ouro, manganês, platina, titânio e urânio). Apesar de ser norte-americana a melhor legislação sobre a exportação de armamento, pela qual se proíbe o fornecimento de armas a facções envolvidas em atentados sistemáticos contra os direitos humanos, em apenas uma década, de 1986 a 1995, os EUA venderam 42 bilhões de dólares de material bélico a grupos envolvidos em 45 conflitos. Das guerras étnicas ou territoriais que tiveram lugar em 1993 e 1994, 90% foram alimentadas por material norte-americano, líderes isolados do negócio internacional de armas, com mais de 50% de todas as vendas.

Mais dramático que os números frios é desnudar-lhe o rosto: enquanto no início do século XX só 5% dos mortos em guerra eram civis, a partir da década de 1990 as pessoas desarmadas representaram 75% das baixas (mulheres e crianças, em sua esmagadora maioria), seja porque nos últimos cem anos a linha de batalha se moveu das fronteiras para o interior dos países, seja porque o efeito destrutivo das bombas atuais é muito maior, o que não tem sido acompanhado na mesma intensidade pela tecnologia de direcionamento das mesmas (malgrado toda a propaganda enganossíssima de “guerra cirúrgica” apregoada pelos yankees na última década e meia...). Uma vez mais, o diagnóstico africano é o mais grave: quinhentas mil mulheres estupradas e quatrocentos mil órfãos em Ruanda em 1994, 94% das mulheres que tiveram de deixar suas casas violentadas sexualmente em Serra Leoa desde o início da guerra civil, em 1992. Como diziam nossos avós, lamentando-se diante de uma situação de fragilidade ou insegurança: “Ai que muro baixo!”.

Foi esse “equilíbrio” que ruuiu com o 11 de setembro de 2001. Daí a irrupção de uma nova política de segurança internacional, lastreada na necessidade de uma mobilização permanente, já que a guerra não pode ser ganha e o inimigo, além de fluido e volátil, é ardilmente camaleônico: ontem Kadafi vilão e Bin-Laden aliado; hoje muito pelo contrário; amanhã, quem saberá?

Também a Grande Muralha da China, que resistiu durante dois mil anos ao assédio dos guerreiros nômades, prova-se incapaz de sobreviver ao assédio dos bárbaros modernos. Dois terços da construção já viraram ruína. Uma parte considerável foi tragada pela areia do Deserto de Gobi, outra foi depredada por camponeses, que usaram as pedras cortadas há mil anos como

material de construção. A situação é igualmente preocupante nos trechos mais conservados, situados em cidades próximas à capital, Pequim. Foram transformados em atração turística e são administrados como um parque de diversões. Em Badaling, a muralha divide a paisagem com um shopping de bugigangas e uma antena de recepção de celulares. Em Mutianyu, é possível subir ao ponto mais alto da construção a bordo de um teleférico e descer num tobogã. Em Huanghuacheng, uma torre de quinhentos anos abriga uma lanchonete. Pichações e lixo estão em toda parte.

Com algumas partes derrubadas para abrir o caminho para auto-estradas e outras remaquiadas para atrair turistas, ela sofre os efeitos da vida moderna. “Ficou tão ruim que nós não sabemos mais qual o comprimento da Grande Muralha e o que é ou não é a Grande Muralha”, diz o porta-voz da Administração Estatal de Herança Cultural. Mas a segurança é assim mesmo: a gente nunca sabe direito o que é, nem tem certeza plena de quem é o inimigo, de onde vem, como pretende nos surpreender. Com efeito, em sua busca interminável de conquista e expansão, o capitalismo dissolve qualquer possibilidade de segurança permanente. O turismo que seduz o opulento saudita para a Disneylândia, Paris ou Tóquio é o mesmo que conduz atualmente milhares de bombas, de todos os gêneros.

A insegurança é mesmo o nosso feijão com arroz de todo dia. Um jornal britânico trazia semanas atrás uma matéria espetacular sobre “a cidade da cocaína e da carnificina”. Não, não era a Cabul que se referiam, mas ao Rio de Janeiro... Descontando o alarmismo, o preconceito e a ignorância bem típicos de uma certa mentalidade européia, reconheçamos o fato óbvio: nada mais corriqueiro que o assassinato de moradores dos morros cariocas ou de favelas soteropolitanas ou de qualquer outro canto do país, suposta ou comprovadamente envolvidos no tráfico de drogas, mas já rendidos e dominados por policiais civis ou militares, o que significa uma execução e ultrapassa em muito o monopólio da violência que o Estado possui. É um crime.

O que realmente não acontece todo dia é esse crime ser flagrado e fotografado pela imprensa, como aconteceu recentemente no Morro da Previdência, no Rio. O delegado que chefiava a operação e os policiais que dela participaram foram devidamente afastados. No duplo sentido do termo: afastados dos seus cargos, no imediato; e afastados das vistas da sociedade, em médio prazo, quando certamente retomarão suas atividades profissionais (sic), em outra circunscrição, talvez até mesmo em outro município, sem qualquer controle, portanto, sobre sua conduta. Mas não é o caso de chamarmos isso

de terrorismo de baixa intensidade, dada a dimensão das perdas humanas envolvidas, nem vale a pena disputar essa olimpíada pra ver quem converte mais mortos, se Rio ou Bagdá, Nova York ou Beirute. Neste pódio da violência, não existe ouro nem prata nem bronze: é só chumbo grosso.

(E olha que nem falamos aqui de outra (in)segurança fundamental, a segurança alimentar, tema permanentemente crucial na geopolítica: aqui, um merecido cartão vermelho para o nosso atual governo “dos trabalhadores”, que preferiu normatizar o ato ilegal e inconseqüente dos plantadores de transgênicos, ainda que sob o risco de prejudicar milhões de pequenos agricultores nacionais. Parafraseando um colunista político brasileiro, mais do que organismos geneticamente modificados, estamos diante de líderes políticos eticamente modificados...)

Não tem jeito de erradicar as inseguranças sem eliminar ao mesmo tempo este tipo de segurança que os Estados garantem ao capital e às classes dominantes, esse cordão de proteção ao superlucro e à boa vida consagrados pelo neoliberalismo em detrimento da imensa maioria da população. Por quanto tempo resistirão os alicerces destes muros urbanos, destas cercas rurais? A favor da Muralha (da China) sempre se afirmou que era a única obra feita pelo homem que se podia ser vista do espaço. Isto até o ano passado, quando o primeiro astronauta chinês, Yang Lewei, disse que não conseguiu reconhecê-la ao fazer o primeiro vôo espacial de seu país. Teria sido por causa dos olhos apertados? Ou porque tem coisas evidentes que a gente insiste em não enxergar?

CADERNOS DO CEAS